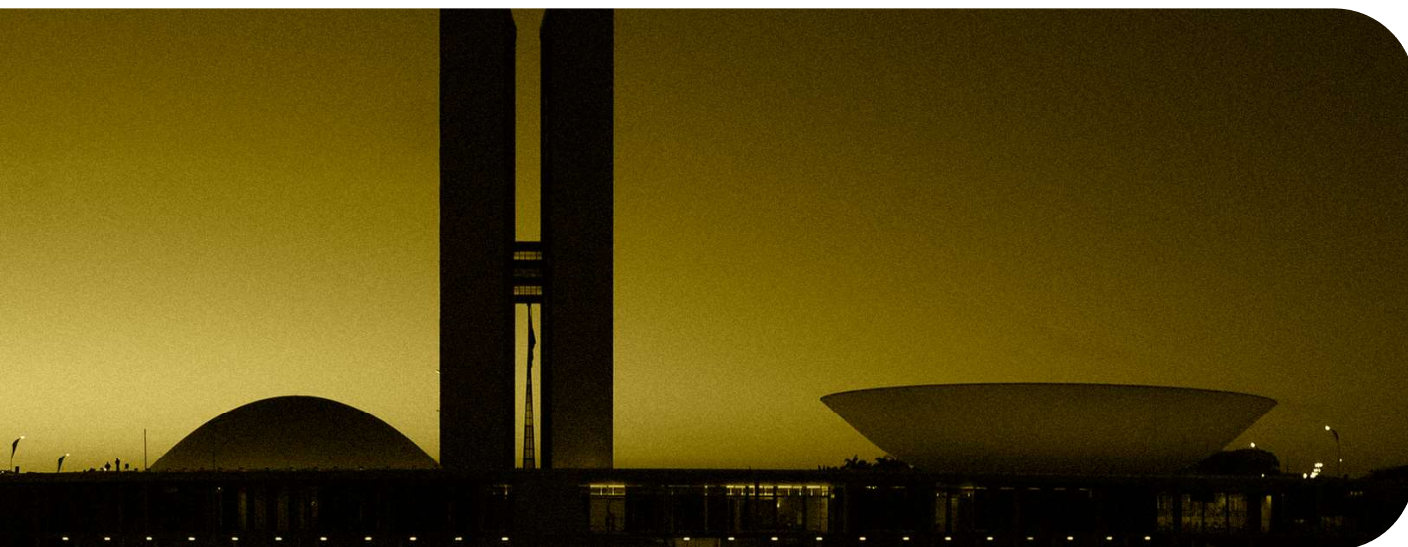


Agenda Semanal

28 de setembro a 2 de
outubro



Destques
da
Semana:

Disputa Religiosa

Fim das Bets

Cenário Político

A última semana antes do primeiro turno das eleições, marcado para o próximo domingo (4), inicia com as atenções voltadas para a guerra jurídica nos tribunais superiores e para as manobras de reta final das campanhas. Com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o senador Flávio Bolsonaro em situação de empate técnico nas pesquisas, o ambiente institucional é dominado por uma escalada de tensão entre o TSE e o STF em torno dos limites da liberdade de expressão e do controle sobre o processo eleitoral. Paralelamente, o Palácio do Planalto aposta em uma agenda de forte apelo social ao avançar contra o setor de apostas esportivas, enquanto a cúpula do Ministério Público Federal administra o desgaste político deixado pela votação dividida sobre a conduta do procurador-geral da República nas investigações do Banco Master.



Disputa Religiosa

O embate em torno das publicações que associam Flávio Bolsonaro à suposta intenção de retirar o título de padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida expôs a fratura entre as alas do Judiciário. Após o ministro André Mendonça determinar pelo TSE a remoção dos conteúdos por considerá-los inverídicos, o ministro Flávio Dino utilizou um processo antigo no STF para derrubar a ordem e restabelecer as postagens, alegando defesa da liberdade de expressão e ausência de citação nominal ao candidato. A manobra levou o presidente do TSE, Kassio Nunes Marques, a pautar uma reunião nesta segunda-feira (28) com o presidente do Supremo, Edson Fachin, para cobrar regras contra o direcionamento de processos arquivados prática apontada por especialistas como risco ao princípio do juiz natural e frear a atuação do STF como instância revisora da corte eleitoral. No palanque, Flávio Bolsonaro acusou o PT e integrantes da CNBB de orquestrarem os ataques, acusação prontamente rechaçada pela entidade católica.

Desgaste na PGR

As ramificações do caso Banco Master seguem produzindo atritos na Procuradoria-Geral da República. Embora o Conselho Superior do MPF tenha decidido por unanimidade manter Paulo Gonet na condução dos inquéritos sobre a instituição financeira, o pedido de abertura de investigação contra o procurador-geral foi arquivado por uma margem mínima de 5 votos a 4, com voto de minerva do subprocurador Nicolao Dino. A maioria do colegiado avaliou que a fotografia de Gonet com o ex-banqueiro Daniel Vercaro em Londres e contatos intermediados por terceiros configuram interações sociais isoladas, sem indícios de favorecimento funcional. Contudo, a defesa de quatro conselheiros pela realização de apurações preliminares sobre a relação entre ambos evitou um respaldo amplo e manteve o chefe do MPF sob desgaste interno.



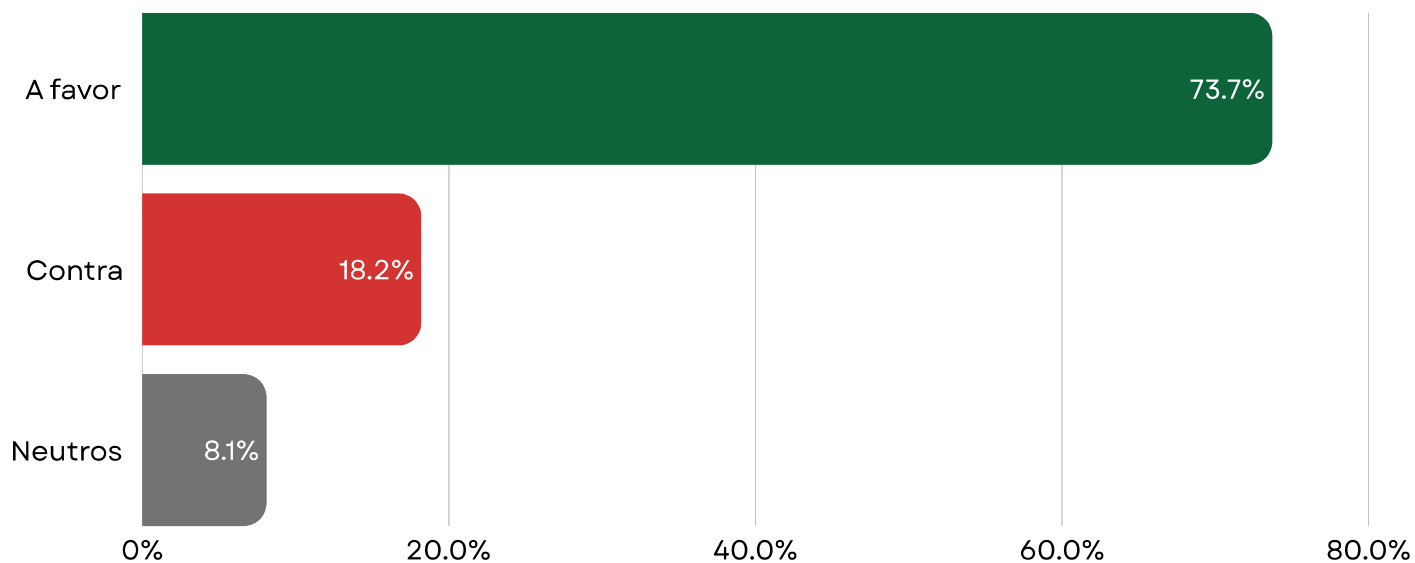
PROIBIÇÃO DAS BETS

Governo extingue apostas online por medida provisória, mas aprovação popular da regra não se converte automaticamente em apoio a Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou a Medida Provisória 1.394/2026, que determina a proibição total da exploração, oferta e publicidade de apostas de quota fixa no país, acompanhada do lançamento do programa Desenrola Brasil 3.0 e de um projeto de lei que criminaliza a operação ilegal e a divulgação de jogos online, prevendo penas de dois a seis anos de reclusão. A decisão governamental fundamentou-se no agravamento do endividamento das famílias e no impacto severo sobre a saúde pública, dado que os atendimentos no Sistema Único de Saúde (SUS) ligados ao jogo patológico cresceram 140% entre 2018 e 2025, gerando um custo social estimado em R\$ 38,8 bilhões anuais. Pelo cronograma estabelecido, novos depósitos foram vedados imediatamente e os apostadores têm até 5 de outubro para efetuar o resgate voluntário dos saldos, prazo limite também para a remoção de campanhas publicitárias e marcas de patrocínio. A partir de 6 de outubro, os sites e aplicações serão bloqueados em território nacional, cabendo aos bancos e, subsidiariamente, à Caixa Econômica Federal processar a devolução dos valores remanescentes até meados do mês.

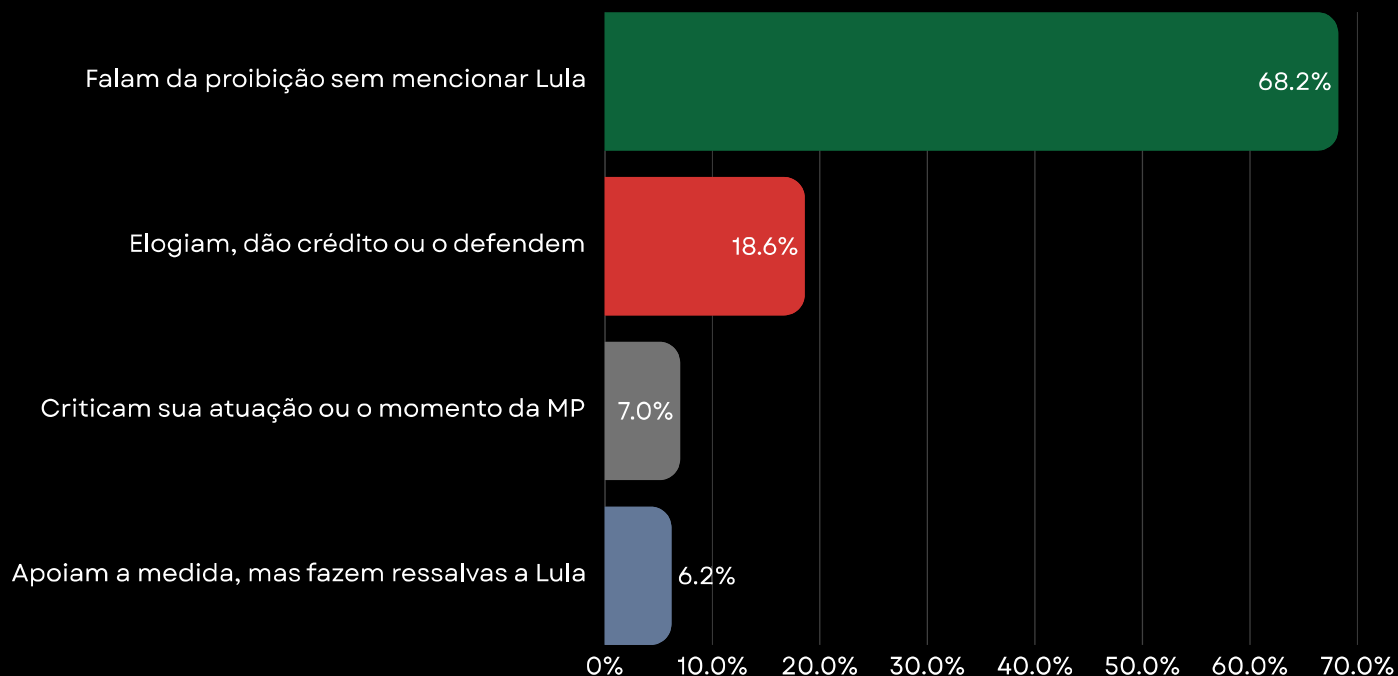
No campo jurídico, a medida extingue as 85 outorgas concedidas que somaram R\$ 2,55 bilhões em recolhimentos sob a justificativa de interesse público, dispensando a União de restituir os valores pagos pelas licenças ou de compensar as operadoras por investimentos realizados e lucros cessantes, disposição que deverá ser alvo de judicialização pelas empresas do setor. Apesar do amplo respaldo social à proibição, que registra 73,7% de opiniões a favor, 18,2% contra e 8,1% de posição neutra segundo levantamento da consultoria AP Exata, o apoio à medida não se transferiu de forma direta para o presidente da República. A análise de 180 mil menções nas redes sociais demonstra que 68,2% das publicações abordam a proibição sem mencionar Lula, enquanto 18,6% elogiam, dão crédito ou defendem o chefe do Executivo. Por outro lado, 6,2% apoiam a restrição fazendo ressalvas ao presidente e 7% criticam a sua atuação ou o momento de edição da medida provisória, apontando oportunismo eleitoral e recordando que o próprio governo havia regulamentado a atividade anteriormente.

Opinião sobre proibir as bets



Fonte: AP Exata

Avaliação da atuação de Lula em relação às Bets



Fonte: AP Exata



EMBATE JUDICIAL E RELIGIÃO

Polêmica sobre Nossa Senhora Aparecida torna-se a terceira maior do ano nas redes e provoca disputa no STF

A associação do senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) a uma suposta proposta para retirar o título de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil tornou-se a terceira maior controvérsia política do ano no ambiente digital. Segundo o Instituto Democracia em Xequê, o tema somou quase 1 milhão de menções e 8,5 milhões de interações em 55 horas, impulsionado sobretudo por perfis de esquerda. As postagens retiraram de contexto falas religiosas do senador e o vincularam a um projeto de lei de 2007, de outro parlamentar e já arquivado, ganhando força após uma menção equivocada na imprensa que foi posteriormente corrigida. O candidato desmentiu a informação, acusou adversários petistas de fabricarem a notícia falsa para prejudicá-lo junto ao eleitorado católico e pediu a responsabilização de um servidor do Palácio do Planalto pelo compartilhamento do conteúdo.

A repercussão do caso desencadeou um conflito de decisões entre o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Supremo Tribunal Federal (STF). Na sexta-feira (26), o ministro André Mendonça, pelo TSE, atendeu à campanha do PL e ordenou a remoção de mais de mil publicações consideradas desinformação eleitoral. No domingo (27), porém, o ministro do STF Flávio Dino derrubou a determinação ao acolher um pedido da defesa do humorista Antonio Tabet, sob o argumento de que a ordem tinha caráter generalizante e restringia a liberdade de expressão. Em resposta nesta segunda-feira (28), os advogados de Flávio Bolsonaro recorreram ao ministro Luiz Fux, relator de processos sobre o Marco Civil da Internet no Supremo, solicitando a anulação da decisão de Dino, a retomada da exclusão das postagens e a garantia da competência da Justiça Eleitoral sobre o caso.



Wagner Ferreira -
Analista de Relações
Governamentais

Perspectiva Semanal

A reta final para o primeiro turno das eleições presidenciais, no próximo domingo (4), concentra as atenções de Brasília na tensão institucional entre o TSE e o STF. O foco imediato recai sobre a reunião desta segunda-feira (28) entre os presidentes das duas Cortes, Kassio Nunes Marques e Edson Fachin. O encontro ocorre após o ministro Flávio Dino usar um processo antigo no Supremo para anular a decisão de André Mendonça, proferida no âmbito eleitoral, que removia publicações associando Flávio Bolsonaro (PL) à suposta intenção de retirar o título de padroeira do Brasil de Nossa Senhora Aparecida. Nunes Marques pretende cobrar medidas contra o direcionamento de processos arquivados e frear a atuação do STF como instância revisora da Justiça Eleitoral.

Enquanto o embate expõe a divisão interna da magistratura entre as alas alinhadas a Dino e a Mendonça, a pauta religiosa domina as estratégias de campanha em um cenário de empate técnico nas pesquisas. Flávio Bolsonaro busca conter os danos junto ao eleitorado católico acusando o PT e integrantes da CNBB de articularem uma rede de desinformação, acusação prontamente rechaçada pela entidade religiosa. Nos bastidores jurídicos, o episódio acende o alerta entre especialistas sobre os limites da intervenção estatal na liberdade de expressão e o risco de uma guerra de liminares pautar o debate público às vésperas da votação.

Em paralelo, o Palácio do Planalto aposta no combate ao vício em jogos para marcar posição nesta última semana antes das urnas. Após a edição da Medida Provisória que barra a operação das chamadas "bets", a Advocacia-Geral da União (AGU) ingressará na Justiça nos próximos dias para cobrar R\$ 1 bilhão em indenizações de 15 empresas do setor pelos custos gerados ao SUS com o tratamento da ludopatia, movimento que já provoca reação judicial das operadoras. Na Procuradoria-Geral da República, a semana será de administração de desgaste: após escapar de uma apuração interna no Conselho Superior do MPF por um placar apertado de 5 a 4, Paulo Gonet segue à frente do caso Banco Master e receberá de Fachin a análise de pedidos pendentes sobre o ex-banqueiro Daniel Vercaro e as fraudes no INSS.

Avaliação Semanal do Governo



Economia

A gestão econômica do governo federal encerra o período sob o desafio de equilibrar a execução orçamentária com a disciplina fiscal na reta final do ano. A equipe da Fazenda atua para conter a pressão sobre as contas públicas e mitigar o impacto de medidas recentes que exigem uma compensação de até R\$ 42 bilhões no Orçamento de 2027, buscando sustentar a arrecadação e preservar as metas do arcabouço fiscal em meio ao ciclo de juros elevados mantido pela autoridade monetária.



Política

A coordenação política do Executivo concentra esforços para maximizar os índices de aprovação do presidente Lula a poucos dias do primeiro turno das eleições, em um cenário de empate técnico nas pesquisas presidenciais. O Planalto mobiliza a máquina governamental em torno de entregas de apelo popular imediato, como o enfrentamento ao endividamento das famílias e a proteção social, enquanto a articulação jurídica do governo atua rapidamente para neutralizar contestações da oposição e blindar a gestão de desgastes na reta final da disputa.



Social

O Palácio do Planalto assumiu protagonismo na agenda de saúde pública e proteção social ao editar a Medida Provisória que suspende a atuação das casas de apostas esportivas no país. Como desdobramento da iniciativa, o Executivo determinou que a Advocacia Geral da União acione a Justiça para cobrar R\$ 1 bilhão de 15 operadoras como ressarcimento aos cofres públicos pelos custos do SUS no tratamento da ludopatia, ancorando a medida no aumento de 140% nesses atendimentos e reforçando a rede de amparo às famílias de baixa renda.

Economia

Resumo do Cenário Econômico

O Boletim Focus do Banco Central, publicado a 25 de setembro de 2026, registou uma nova subida nas estimativas de inflação de curto prazo para este ano, com a projeção do IPCA para 2026 a avançar de 4,92% para 4,99%. Em sentido inverso, a expectativa para o crescimento da atividade económica (PIB) em 2026 sofreu uma revisão em baixa pelo terceiro período consecutivo, recuando de 1,88% para 1,86%, enquanto a taxa Selic (13,50% ao ano) e o câmbio (R\$ 5,20) mantiveram a estabilidade. No horizonte de 2027, as pressões inflacionárias continuam a intensificar-se ligeiramente, com a estimativa do IPCA a subir para 4,31%, acompanhada por novo recuo na projeção do PIB para 1,41%. Por sua vez, a taxa Selic permaneceu estável em 12,00% e o dólar manteve-se em R\$ 5,28 na comparação semanal.

Indicadores Econômicos

Indicadores Econômicos 2026

- Inflação (IPCA): 4,99% ▲
- Crescimento (PIB): 1,86% ▼
- Juros (Selic): 13,50% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,20 =

Indicadores Econômicos 2027

- Inflação (IPCA): 4,31% ▲
- Crescimento (PIB): 1,41% ▼
- Juros (Selic): 12,00% =
- Câmbio (Dólar): R\$ 5,28 =

Notícias



O mapa do desfecho antecipado: pelo menos 11 estados podem encerrar disputa pelo governo no primeiro turno; confira

A seis dias de a população brasileira ir às urnas, o cenário da disputa pelos governos de boa parte dos 26 estados e do Distrito Federal caminha para uma resolução rápida. Levantamento do GLOBO tomando como base as últimas pesquisas Quaest e Datafolha mostra que, dos 27 pleitos, ao menos sete têm altas chances de terminar ainda no primeiro turno, incluindo São Paulo, maior colégio eleitoral do país. Em outros quatro, a exemplo da Bahia, palco do quarto maior número de votantes, as sondagens indicam probabilidade relevante de fatura liquidada já no próximo domingo.



Bets pedem ao STF suspensão de MP que proíbe apostas online

A ANJL (Associação Nacional de Jogos e Loterias) e o IBJR (Instituto Brasileiro de Jogo Responsável) apresentaram nesta segunda-feira (28) ao STF (Supremo Tribunal Federal) um pedido para suspender os efeitos da medida provisória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que estabelece a proibição imediata da exploração, oferta, intermediação e publicidade de loterias de aposta de quota fixa e de jogos online no Brasil.

FOLHA DE S.PAULO

Dino pede a Fachin sessão do plenário para julgar publicações sobre Nossa Senhora

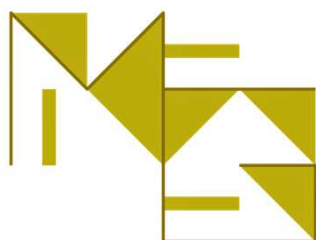
O ministro Flávio Dino, do STF (Supremo Tribunal Federal), pediu uma sessão do plenário para que os colegas votem se referendam ou não sua decisão que liberou publicações sobre a lei que transformou Nossa Senhora Aparecida em "padroeira do Brasil". A definição da data cabe ao presidente da corte, ministro Edson Fachin.

A notícia falsa de que Flávio Bolsonaro (PL), se eleito presidente, retiraria da santa o título de padroeira do Brasil causou danos à campanha na reta final da eleição. Na sexta-feira (25), o ministro André Mendonça determinou, via TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a derrubada de publicações sobre o tema, mas a decisão foi revertida por Dino no domingo (28).



FENAPEF

FEDERAÇÃO NACIONAL
DOS POLICIAIS FEDERAIS



M & G
CONSULTORIA
POLÍTICA



moreiraegregorio.com.br



[linkedin.com/moreiraegregorio](https://www.linkedin.com/moreiraegregorio)



(61) 98126-3938



moreiraegregorio@gmail.com



SHIS QI 07, Conjunto 10, Casa 01,
Lago Sul - Brasília, Distrito Federal -
CEP: 71.615-300

*Serviço prestado exclusivamente para Federação Nacional dos Policiais Federais.
Desenvolvido por M&G Consultoria Política. Direitos reservados.*
